



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA ACERCA DA COMPROVAÇÃO DE  
UNIÃO ESTÁVEL**

Nome:	
Nome do Magistrado(a)/Servidor(a) falecido(a):	
Telefone:	E-mail:

**DECLARO**, para fins de comprovação de União Estável com o magistrado(a)/servidor(a) falecido indicado acima, que **ESTOU CIENTE** de que a comprovação do vínculo está regida legalmente por critérios estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 8.213/1991<sup>1</sup>, nos artigos 16 e 22 da do Decreto n.º 3.048/1999<sup>2</sup> e no Ato n.º 401/2012<sup>3</sup> do Egrégio Tribunal da Oitava Região.

**DECLARO ESTAR CIENTE** de que caso sejam apresentados documentos sem a possibilidade de que seja identificada a data em que foram produzidos ou que não seja possível a identificação do remetente/destinatário do fato que esteja reportando (por exemplo: extratos bancários, fotografias, pagamento de apólices de seguro), os mesmos poderão ser desconsideradas na conclusão do pleito.

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

---

<sup>1</sup> A Lei nº 8.213/1991 pode ser obtida em  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)

<sup>2</sup> O Decreto nº 3.048/1999 pode ser obtido em  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm)

<sup>3</sup> O Ato nº 401/2012 pode ser obtido em  
<https://www.trt8.jus.br/juridico/atos>